

FUNDAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

MARGARIDA MARIA ALVES

Edital de Seleção do Curso de Formação de Juristas Populares 2019/2020

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves torna público a seleção de cursistas para o **Curso de Formação de Juristas Populares**, que faz parte do **Projeto “Conhecendo o Direito e Construindo a Cidadania”**. O curso tem como objetivo: Promover formação jurídico-popular para lideranças das comunidades e organizações sociais com vistas à multiplicação dos conhecimentos jurídicos nas suas entidades e o maior acesso à justiça.

Através deste curso a Fundação objetiva diminuir a grande dificuldade de acesso ao judiciário, sobretudo para as pessoas menos favorecidas.

Todas as atividades do curso e o respectivo material didático são gratuitos para os/as cursistas, sendo custeado pelo projeto “Conhecendo o Direito e Construindo a Cidadania”, executado pela Fundação Margarida Maria Alves e financiado pela organização alemã Misereor, parceira da Fundação em diversos projetos.

A seleção se dará de acordo com os seguintes termos:

1. Dos critérios:

- ✓ Pertencer a uma organização social (ex: sindicato, associação, grupo de mulheres, movimentos culturais e sociais);
- ✓ Ter no mínimo 18 anos;
- ✓ Ter disponibilidade para assistir aulas aos sábados;
- ✓ Saber ler e escrever;
- ✓ Não poderão se inscrever pessoas com nível superior completo nem alunos/as do curso de Direito;

Rua Irineu Joffily, nº. 185, Centro – João Pessoa, PB/CEP 58.011-110 - Fone: 3221-3014

Email fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br - CNPJ N^o 70.133.764/0001-30.

2. Das vagas:

- ✓ Serão disponibilizadas 30 vagas;
- ✓ Cada organização poderá inscrever até 2 (dois cursistas);

3. Das inscrições:

- ✓ Período de inscrições: **As inscrições poderão ser feitas no período compreendido entre os dias 03 de setembro a 31 de Outubro de 2019.**
- ✓ A inscrição no curso é gratuita e poderá ser realizada de duas formas:
- ✓ Virtualmente: através da ficha disponível no site www.fundacaomargaridaalves.org.br, que deverá ser preenchida e enviada para o e-mail selecao@fundacaomargaridaalves.org.br;
- ✓ Presencialmente: comparecendo na sede da Fundação, das 14:00 às 18:00 horas dos dias úteis. A Fundação está localizada na Rua Irineu Joffily, 185, Centro, fone 3221-3014.
- ✓ Para efeito de encerramento das inscrições, serão considerados os formulários enviados pelo site até às 23h59min do dia 31/10/2019 e as inscrições realizadas na sede da Fundação serão recebidas até às 18 horas do dia 31/10/2019.
- ✓ **A lista dos/as cursistas selecionados/as será divulgada no dia 07 de novembro de 2019 às 17h00min horas no site www.fundacaomargaridaalves.org.br e também será disponibilizada no mural da Fundação;**
- ✓ O início do Curso está previsto para **23 de novembro de 2019** e os/as cursistas selecionados/as serão avisados/as com antecedência via e-mail ou telefone.
- ✓ O término do curso está previsto para agosto de 2020.

4. Do curso:

- ✓ O Curso de Formação de Juristas Populares faz parte do **Projeto “Conhecendo o Direito e Construindo a Cidadania”, apoiado**

Rua Irineu Joffily, nº. 185, Centro – João Pessoa, PB/CEP 58.011-110 - Fone: 3221-3014

Email fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br - CNPJ N^o 70.133.764/0001-30.

por Misereor/KZE, e será desenvolvido através de quatro oficinas com temas transversais como: direitos humanos, cidadania, políticas públicas, gênero, redação. Em seguida, acontecem oito (8) módulos com duração de 8 horas, sempre realizados aos sábados quinzenalmente, que abordam várias temáticas do direito (constitucional, organização do judiciário, civil, penal, trabalhista e previdenciário, urbano), além de módulos sobre mediação de conflito, de acordo com a metodologia da educação jurídico-popular. São realizadas duas visitas aos órgãos públicos como curadorias, defensoria pública, juizados especiais e fóruns, com o objetivo de aproximar o/a cursista dos órgãos do sistema de justiça. Além de um estágio que será desenvolvido através de uma Ciranda de Direito, ou seja, os/as cursistas farão atendimento direto e supervisionado à população em uma comunidade, com informações sobre direito de cidadania com devidos encaminhamentos aos órgãos públicos, quando for o caso.

João Pessoa, 02 de Setembro de 2019.

Maria do Socorro Targino Praxedes

Presidenta